

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

O Estado de S.Paulo

Cunha autoriza CPI para investigar fraudes na Receita

O Estado de S. Paulo - 05/02/2016

Comissão vai apurar denúncias de propina para manipular julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)

Ao fim da semana de volta aos trabalhos do Legislativo, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autorizou a criação de uma CPI para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) de casos de sonegação fiscal.

Partidos já podem indicar integrantes para a comissão parlamentar de inquérito, que ainda não tem previsão para começar a funcionar, já que Cunha condicionou o início dos trabalhos de todas as comissões à resposta do Supremo Tribunal Federal a questionamentos apresentados no início desta semana.

A expectativa é de que, após o carnaval, Cunha reveja sua posição e permita o início dos trabalhos dos colegiados.

Para governistas, a criação da CPI do Carf e a primeira ofensiva de Cunha contra o governo neste ano. O peemedebista, no entanto, nega afronta ao Planalto. Diz que criou a comissão porque ela era a primeira da fila e que tem fato determinado. Negá-la, segundo Cunha, seria não cumprir a Constituição e o regimento da Câmara.

O autor do requerimento de criação da CPI, João Carlos Bacelar (PR-BA), deve ficar com a relatoria da comissão. A prioridade da CPI, segundo Bacelar, é o sistema financeiro e o setor automotivo. Ele disse querer convocar executivos de bancos e montadoras para prestar depoimento à comissão. O envolvimento de políticos deve ficar de fora da CPI. "Temos que ir primeiro em cima dos bancos, que deram origem a essa confusão toda. Depois, sistema automotivo. Acho que não temos que polemizar a política", disse o autor do requerimento.

No ano passado, o Estado revelou suspeitas de compra de medidas provisórias - o caso é desdobramento da apuração de pagamento de propina no Carf. Segundo a Operação Zelotes, MPs teriam sido editadas no governo Lula para favorecer montadoras. Como o caso das MPs foi revelado depois da apresentação do requerimento, o tema deve ficar de fora da CPI.

Coluna - Eliane Catanhêde

O Estado de S. Paulo - 05/02/2016

Parceria, paz e saúde

A economia está um desastre completo e o Aedes é uma tragédia real, mas a presidente Dilma Rousseff tenta fazer desse limão uma limonada e essa limonada pode azedar... Na terça-feira, enfrentou as vaias no Congresso para defender uma "parceria" para a retomada do crescimento, mas as notícias que chegam de lá continuam ruins. Na quarta,

enfrentou o painel e conclamou a sociedade a formar "um grande exército de paz e de saúde" contra o *Aedes aegypti*, mas a situação só piora e ameaça até a Olimpíada no Rio.

Foi a primeira vez em que Dilma se dignou a entregar pessoalmente a mensagem presidencial ao Congresso, já no sexto ano de mandato, e foi também a primeira vez que ela voltou *à TV depois de quase um ano distante dos pronunciamentos institucionais. E voltou vestida de branco - a cor da paz. No primeiro gesto, argumentou com "a excepcionalidade do momento" econômico. No outro, pegou carona na dramaticidade da infestação do mosquito.

Dilma, portanto, saiu da toca e do imobilismo e foi enfrentar os adversários, cara a cara, para o que der o vier. O resultado, porém, é incerto e não sabido. Depende da economia, que não dá sinais de melhora; do grau de beligerância da Câmara, que não arrefece; e da força do mosquito, que é implacável e poderoso.

Sem ter o que mostrar e o que defender do próprio mandato em 2015, a presidente esqueceu o desastre da economia e brindou os deputados e senadores com a ladainha dos números dos seus programas pontuais e periféricos, como o Minha Casa Minha Vida. Pois não é que, apenas dois dias depois, a manchete do Estado nos informou que nem isso resiste à crise?

A guerra nacional convocada para o dia 13 será contra o *Aedes* ou a favor de Dilma?

Apesar do oba-oba no Congresso e dos desmentidos do Ministério das Cidades, o governo está reduzindo em 1/3 a meta do Minha Casa: a candidata Dilma prometia na campanha de 2014 que seriam 3 milhões de novas unidades até 2018, mas a presidente Dilma admite agora que serão 2 milhões, por causa da crise que ela simplesmente ignorou no plenário do Congresso.

Mais: no dia seguinte à ida ao Congresso, Dilma perdeu na primeira votação do ano na Câmara, que reduziu as alíquotas que o governo pretendia para tributos sobre ganho de capital. E, no segundo dia depois dos tapetes vermelhos, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, deu aval para a CPI do **Carf** (o tribunal das causas tributárias). Aliás, logo depois da notícia de que a Polícia Federal apura se o ex-presidente Lula se envolveu em venda de medidas provisórias para favorecer o setor automotivo. Ou seja: as primeiras reações à ida da presidente ao Congresso têm ido de mal a pior.

E quanto ao pronunciamento de Dilma em cadeia de rádio e TV? O histórico já é péssimo. Num deles, ela bateu no peito vangloriando-se da queda dos juros - e as taxas simplesmente dispararam. Noutro, apresentou-se como corajosa, forte e justa por ter baixado na marra as tarifas de energia - e as contas de luz de casas e empresas dispararam.

No desta semana, a presidente foi logo pedindo licença para entrar na casa das pessoas, não para falar de política ou economia, mas para pedir o engajamento dos brasileiros e brasileiras contra o *Aedes aegypti* e o zika vírus. Encerrou o pronunciamento com o anúncio de uma mobilização nacional contra o mosquito no dia 13, com 220 mil militares. Ficou a dúvida: será uma manifestação contra o *Aedes* ou a favor de Dilma?

Além disso, enquanto a presidente brilhava na TV, já se discutia, daqui e dali, algo de enorme gravidade: e se a Olimpíada for cancelada por causa do Aedesy do zika vírus, da microcefalia, da dengue, da chikungunya e da barafunda geral? O pronunciamento, que num primeiro momento contou a favor da Dilma, pode ser mais um tiro n'água, como aconteceu com o da conta de luz e o dos juros. Dilma tem de rezar para que não. Nós também.

Folha de S.Paulo

PF apura eventual atuação de Lula na compra de MPs

Folha de S. Paulo - 05/02/2016

INVESTIGAÇÃO SE DÁ NA OPERAÇÃO ZELOTES, QUE TRATA DE SUPOSTO PAGAMENTO DE SUBORNO PARA APROVAR MEDIDAS

Inquérito sobre benefícios à indústria automotiva também atinge ex-ministros

Gabriel Mascarenhas

A Polícia Federal investiga a eventual participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de outros agentes públicos em suposto esquema de compra de medidas provisórias, alvo da Operação Zelotes.

A informação foi passada à Justiça Federal em Brasília, onde tramita a ação penal relacionada ao caso. A PF enviou ofício para justificar a continuidade da investigação.

No documento, o delegado Marlon Cajado argumenta que o inquérito é necessário para identificar se outros servidores, além dos já denunciados, foram "corrompidos e estariam associados a essa organização criminoso ou se esta estaria "vendendo fumaça", vitimando-os e praticando tráfico de influência com relação aos mesmos".

O delegado se refere aos casos de Lula e dos ex-ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral), Erenice Guerra (Casa Civil) e Nelson Machado (Previdência), assim como do secretário-executivo do Ministério da Fazenda Dyogo Oliveira, entre outros.

Os investigadores da Zelotes apuram suspeitas de pagamentos de propina a integrantes do governo para a aprovação de três medidas provisórias que concederam incentivos fiscais à indústria automotiva. As montadoras Caoa, da Hyundai, e MMC, representante da Mitsubishi, estão entre as investigadas.

Um dos filhos do ex-presidente, Luís Cláudio, recebeu R\$ 2,4 milhões de uma consultoria que fez lobby junto ao governo federal para a aprovação das MPs. Luís Cláudio diz que o pagamento é referente à prestação de serviços na área esportiva.

Em outro foco, a PF investiga indícios de suborno a membros do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). Cabe ao órgão, vinculado à Fazenda, julgar recursos de multas aplicadas pela Receita Federal.

O ofício do delegado tem como objetivo prestar esclarecimentos sobre a investigação depois que as defesas dos réus questionaram a Justiça.

Eles acusavam a PF de manter um "inquérito paralelo" sobre os fatos investigados, mesmo após a instauração do processo judicial.

De acordo com Cajado, a denúncia que deu origem ao processo judicial foi apresentada para respeitar prazos legais, uma vez que alguns dos acusados estavam presos. A partir de então, deu-se prosseguimento à apuração.

"A instauração de novos inquéritos para apurar outras condutas ilícitas atribuíveis à organização criminosa e até a participação de novos indivíduos não se trata de nenhuma ilegalidade", escreveu.

A Procuradoria da República do Distrito Federal está finalizando um parecer sobre a validade do inquérito. A tendência é que os procuradores se manifestem pela continuidade da apuração.

PARLAMENTARES

No mesmo ofício, a PF rebateu outro ponto questionado pelos advogados. Para eles, o caso deveria tramitar no STF (Supremo Tribunal Federal). Isso porque foram identificadas menções a nomes de dois parlamentares: o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que têm foro privilegiado.

O delegado afirmou, porém, que as citações são insuficientes para abrir um novo inquérito e, por isso, não há justificativa para o processo passar à competência do STF.

À Zelotes, Dilma diz que vetou emendas de MP

A presidente Dilma Rousseff enviou ofício à Justiça Federal em Brasília, argumentando que vetou emendas a um projeto de interesse dos participantes do suposto esquema de compra de medidas provisórias alvo da Operação Zelotes.

Um ofício assinado pela petista diz que a chefe do Executivo não tem "qualquer informação ou declaração a prestar acerca dos fatos narrados na denúncia".

Em outro documento, o subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Jorge Rodrigo Messias, diz que, conforme a denúncia, a presidente barrou sugestões de alteração à Medida Provisória 512, sancionada em 2011, primeiro ano do governo Dilma.

A petista foi arrolada como testemunha de um dos réus da Zelotes e respondeu os questionamentos por escrito, prerrogativa garantida à presidente da República.

Para advogado do petista, medida é injustificável

O advogado do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin Martins, considerou injustificável a Polícia Federal tratar o petista como investigado no inquérito. Ele argumenta que Lula prestou depoimento na condição de informante, sem poder fazer "uso das garantias constitucionais próprias dos investigados".

A assessoria de imprensa de Gilberto Carvalho disse que o ex-ministro já foi ouvido pela PF e que o "processo segue seu rito normal".

Erenice Guerra, por meio do advogado Mario de Oliveira Filho, afirmou que jamais teve participação na aprovação de medidas provisórias. Dyogo Oliveira argumentou, em nota do Ministério da Fazenda, que é apenas testemunha no processo e que não há "nenhuma acusação contra ele". Caoa e MMC, desde o início da Zelotes, reafirmam que nunca pagaram propina ou praticaram crimes durante a tramitação das MPs. Nelson Machado não foi localizado.

Correio Braziliense

Dilma envia resposta a juiz

Correio Braziliense - 05/02/2016

Naira Trindade

No mesmo dia em que respondeu à Justiça Federal desconhecer fatos relacionados ao suposto esquema de compra de medidas provisórias das investigações da Operação Zelotes, a presidente Dilma Rousseff recebeu nova notificação judicial. Desta vez, Dilma tem sete dias para apresentar defesa à ação movida pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral que pede a cassação da chapa presidencial eleita em 2014. O vice-presidente Michel Temer recebeu a notificação na terça-feira.

Na resposta ao ofício da Operação Zelotes, direcionada ao juiz Vallisney de Souza Oliveira, responsável pelo processo, a presidente alegou não deter "qualquer informação ou declaração a prestar acerca dos fatos narrados na denúncia ofertada nos autos da ação penal", assinou Dilma. Outro documento, assinado pela Casa Civil, reiterou também não deter informações e ainda pediu que Dilma deixe de prestar a eventual oitiva. "O requerimento oferecido pelo senhor Eduardo Gonçalves Valadão não traz nenhum elemento que justifique a indicação de Sua Excelência como testemunha dos fatos narrados", diz o texto.

No fim do ofício, o subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Jorge Rodrigo Messias, pondera ainda que a presidente barrou sugestões de alteração à Medida Provisória nº 512, sancionada em 2011, primeiro ano de mandato de Dilma. "Segundo os termos da própria denúncia, ex-servidora da Casa Civil teria atuado para impedir o veto de emendas ao texto original (...). Todavia, importa destacar que a presidente Dilma Rousseff (...) vetou as emendas", esclareceu Messias.

Em relação à ação de impugnação de mandato eletivo (Aime) que tramita no TSE, a presidente e o vice têm - após a notificação - sete dias para apresentar os argumentos de defesa. Dilma e Temer também são alvos de outras duas ações: uma prestação de contas e uma ação de investigação judicial eleitoral (Aije). 3Quantidade de ações contra Dilma e Temer em tramitação no Tribunal Superior, que podem culminar com a cassação do mandato da presidente e do vice

Cunha autoriza a CPI do **Carf**

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), autorizou a criação de uma CPI para investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados dos julgamentos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) de casos de sonegação fiscal. Partidos já podem indicar nomes para integrar a comissão parlamentar de inquérito. No entanto, ela ainda não tem previsão para começar a funcionar, já que

Cunha condicionou o início dos trabalhos de todas as comissões à resposta do Supremo Tribunal Federal (STF) a questionamentos apresentados no início desta semana. A expectativa é que, após o carnaval, Cunha reveja sua posição e permita o início dos trabalhos dos colegiados. A criação da CPI do Carf é a primeira ofensiva clara de Cunha contra o governo neste ano.

Jornal do Brasil On Line

Câmara cria CPI para investigar denúncias de irregularidades no Carf

05/03/2016

A Câmara dos Deputados criou, nesta quinta-feira (4), uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de irregularidades fraude no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. Autorizada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a CPI teve seu ato de criação lido quinta-feira no plenário pelo deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), que presidia a sessão.

A nova CPI investigará denúncias de fraude de bancos e grandes empresas contra a Receita Federal, mediante supostos pagamentos de propina para manipular resultados dos julgamentos referentes a casos sonegação fiscal. O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas.

A CPI foi proposta pelo deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), que citou a Operação Zelotes, da Polícia Federal, como base para sua criação. A operação investiga "o fato de que 24 pessoas e pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria são suspeitos de envolvimento num esquema de corrupção contra a Receita Federal .

"Entre os sete crimes investigados, estão supostas práticas de associação criminosa, lavagem de dinheiro e tráfico de influência. Segundo os investigadores, uma conversa gravada com autorização da Justiça em setembro do ano passado, mostra que Edison Pereira Rodrigues, ex-presidente do Carf considerava traidor quem votava contra os interesses do grupo", escreveu Bacelar no requerimento de criação da CPI.

Conforme o requerimento, entre as empresas que são alvo da operação, estão as montadoras Ford e Mitsubishi; o grupo do setor de alimentação BR Foods, que detém as marcas Sadia e Perdigão; a Light, distribuidora de energia do Rio de Janeiro; o Banco Santander, que tem dívidas tributárias de R\$ 3,3 bilhões; o Banco Safra, com dívidas de R\$ 767 milhões; o Bank Boston, adquirido pelo Itaú, com processos envolvendo valores em torno de R\$106 milhões; o Grupo de Comunicação RBS, que tem emissoras afiliadas da Rede Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, suspeito de pagar R\$ 15 milhões para obter a redução de débitos fiscais de cerca de R\$ 150 milhões; o Grupo Gerdau, investigado por suposta tentativa de anular débitos fiscais que chegam a R\$ 1,2 bilhão; e a Camargo Corrêa, suspeita de aderir ao esquema para cancelar ou reduzir débitos fiscais de R\$ 668 milhões.

A comissão terá 25 integrantes titulares e 25 suplentes, com prazo de 120 dias para concluir seu trabalho. Os líderes partidários deverão indicar seus integrantes, para que a comissão comece a funcionar. Ainda não há data marcada para o início das atividades da CPI.